

Sumário

PARTE I

Fundamentos Preliminares do Direito Penal

Capítulo 1 ► Evolução Histórica	57
1. Escolas Penais	57
1.1. Introdução	57
1.2. Escola Clássica	58
1.3. Escola Positivista	60
1.4. Correcionalismo Penal	64
1.5. Tecnicismo Jurídico-Penal	65
1.6. Defesa Social	66
1.6.1. Criminologia Crítica e Política Criminal Alternativa	67
1.7. Crítica	69
2. Direito Penal Brasileiro	69
3. Codificação <i>versus</i> Direito Penal de Emergência	71
Questões ► Capítulo 1	73
1. Questão	73
2. Gabarito	73
Capítulo 2 ► Direito Penal: Noção Conceitual, Funções e Características	75
1. Direito Penal e Modelo de Estado	75
2. Noção Conceitual do Direito Penal	76
3. Natureza e Alocação Sistêmica	77
4. Características	78
5. Criminalização Primária x Criminalização Secundária	80
6. Funções do Direito Penal	81
6.1. Preservação da ordem social	81
6.2. Garantia	82
6.3. Eticizante (ético-social) e preventiva	82
6.4. Simbólica	82
6.4.1. Direito Penal Subterrâneo e Paralelo	83
6.5. Motivadora	84
6.6. Redução da violência estatal	84
7. Dogmática Penal	84
8. Ciências Criminais: Criminologia, Política Criminal e Direito Penal	85
9. Política Criminal	85
10. Criminologia	86
10.1. Natureza	86
10.2. Objeto de Estudo	87

10.3. Noção Conceitual	87
10.4. Criminologia x Direito Penal.....	88
11. Divisões do Direito Penal	88
11.1. Direito Penal objetivo x Direito Penal subjetivo	88
11.2. Direito Penal Comum x Direito Penal Especial.....	89
11.3. Direito Penal Material x Direito Penal Formal	89
Capítulo 3 ► Princípios em Direito Penal	91
1. Análise sistêmica.....	91
2. Princípios x Regras	92
3. Princípios em Direito Penal	93
4. Princípios em Espécie.....	93
4.1. Dignidade da Pessoa Humana	95
4.2. Legalidade	96
4.2.1. Anterioridade (<i>lege praevia</i>):	97
4.2.2. Taxatividade (<i>lege certa</i>):.....	98
4.2.3. Reserva Legal (<i>lege scripta</i>):.....	100
4.2.4. Elementos do tipo penal aberto	101
4.2.5. Legalidade e Novas Formas de Criminalidade	102
4.3. Culpabilidade	103
4.3.1. Crítica	104
4.4. Intervenção Mínima.....	104
4.4.1. Neocriminalidade e “Prima ratio” do Direito Penal: inconstitucionalidade ...	105
4.4.2. Fragmentariedade	105
4.4.3. Ofensividade ou Lesividade	105
4.5. Princípio da Irretroatividade da Lei Penal.....	106
4.6. Humanidade das Penas.....	106
4.7. Inderrogabilidade ou Inevitabilidade	107
4.8. Individualização da Pena	108
4.9. Princípio da Vedação da Dupla Punição pelo Mesmo Fato (“Ne bis in idem”)	109
4.10. Proporcionalidade	109
4.11. Hermenêutica Penal e Princípios Éticos e de Justiça Social	111
4.11.1. Adequação Social	111
4.11.2. Natureza Jurídica da Adequação Social.....	113
4.12. Insignificância.....	114
4.12.1. Julgados	117
4.12.1.1. Reconhecimento da insignificância (infração bagatela própria) .	117
4.12.1.2. Não reconhecimento da insignificância	121
4.12.2. Infração Bagatela Própria x Infração Bagatela Imprópria	124
4.12.2.1. Julgados	125
4.12.2.1.1. Não reconhecimento de infração bagatela imprópria	125
4.12.2.1.2. Reconhecimento de infração bagatela imprópria....	126
4.12.3. Insignificância e Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo.....	126
5. Informativos do STF Relacionados ao Tema	126
6. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	127

Questões ► Capítulos 2 e 3	129
1. Questões	129
2. Gabarito	133
Capítulo 4 ► Norma Penal	135
1. Fontes do Direito Penal	135
1.1. Fontes materiais	135
1.1.1. Terminologia	135
1.1.2. Conceito	135
1.2. Fontes Formais	136
1.2.1. Terminologia	136
1.2.2. Definição	136
1.2.3. Fonte Formal Imediata	136
1.2.4. Fonte Formal Mediata	136
1.2.4.1. Costume	137
1.2.4.2. Princípios Gerais de Direito	137
1.2.4.3. Atos Administrativos	138
1.2.4.3.1. Norma Penal em Branco	138
1.2.4.3.1.1. Normas penais em branco homogêneas (impróprias, homólogas ou em sentido lato)	138
1.2.4.3.1.2. Normas penais em branco heterogêneas (próprias, heterólogas ou em sentido estrito)	139
1.2.4.3.1.3. Normas penais em branco ao avesso e Normas Penais em Branco ao Quadrado	139
2. Classificação	140
3. Integração e Interpretação das leis penais	141
3.1. Fundamentos	141
3.1.1. Lacunas	141
3.2. Métodos de Integração e de Interpretação	141
3.3. Analogia	142
3.3.1. Conceito	142
3.4. Interpretações Extensiva e Analógica	143
3.4.1. Interpretação Extensiva	143
3.4.2. Interpretação Analógica	143
4. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	144
5. Legislação Relacionada ao Tema	144
Questões ► Capítulo 4	145
1. Questões	145
2. Gabarito	146
Capítulo 5 ► Aplicação da Lei Penal	147
1. Lei Penal no Tempo	147
1.1. Tempo do Crime	148
1.2. Direito Transitório: o conflito de leis penais no tempo	149
1.2.1. Legislação Esquemmatizada	149

1.2.2.	Fundamentos	149
1.2.3.	<i>Abolitio Criminis</i>	151
1.2.4.	<i>Novatio legis in melius</i>	152
1.2.4.1.	Aplicação da <i>Abolitio Criminis</i> e da <i>Novatio legis in melius</i>	153
1.2.5.	<i>Novatio legis in pejus</i> e <i>Novatio legis</i> incriminadora	153
1.2.5.1.	Lei Penal Mais Grave e Crime Continuado ou Permanente	154
1.2.6.	<i>Lex Tertia</i>	154
1.2.7.	<i>Lex intermedia</i>	155
2.	Lei Penal no Espaço	156
2.1.	Lugar do Crime	157
2.1.1.	Crimes à Distância, Crimes em Trânsito e Crimes Plurilocais	158
2.2.	Princípios de Direito Penal Internacional	159
2.2.1.	Princípio da Territorialidade	159
2.2.2.	Princípio da Nacionalidade	162
2.2.3.	Princípio Real ou da Defesa	163
2.2.4.	Princípio da Justiça Penal Universal	163
2.2.5.	Princípio da Representação	164
3.	Extraterritorialidade	164
3.1.	Fundamentos	164
3.1.1.	Extraterritorialidade Incondicionada	165
3.1.2.	Extraterritorialidade Condicionada	165
3.1.3.	Extraterritorialidade Hipercondicionada	166
4.	Eficácia da Sentença Penal Estrangeira	166
4.1.	Legislação Esquemmatizada	166
4.2.	Fundamentos	167
5.	Contagem de Prazo	167
6.	Legislação Especial	168
7.	Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	168
	Questões ► Capítulo 4	171
1.	Questões	171
2.	Gabarito	173
	Capítulo 6 ► Bem Jurídico-Penal	175
1.	Definição	175
2.	Espécies	176
2.1.	Sociedade de Risco	176
2.2.	Estado de Segurança e Modernização do Direito Penal	177
2.3.	Bens Jurídicos Supraindividuais	177
3.4.	Correntes	178
3.4.1.	Corrente Reducionista e Escola de Frankfurt	178
3.4.2.	Expansão do Direito Penal ("Big Bang")	180
3.4.3.	Funcionalismo Racional-Teleológico	181
3.4.4.	Direito Penal Máximo e de Terceira Velocidade	182
3.4.5.	Direito Administrativo Sancionador	183
3.4.6.	Teorias Monista e Dualista	184

Questão ► Capítulo 6	187
1. Questão	187
2. Gabarito	187
Capítulo 7 ► Conflito Aparente de Normas	189
1. Conceito	189
2. Princípios ou Critérios Interpretativos	190
2.1. Princípio da Especialidade	190
2.2. Princípio da Subsidiariedade	190
2.3. Princípio da Alternatividade	191
2.4. Princípio da Consunção	193
2.4.1. Crime Complexo	193
2.4.2. Crime Progressivo	194
2.4.3. Progressão Criminosa	194
2.4.4. Fatos Impuníveis	194
2.4.4.1. Antefato impunível	194
2.4.4.2. Atos simultâneos não puníveis	195
2.4.4.3. Pós-fato impunível	195
3. Informativos do STJ Relacionado ao Tema	195
4. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	196
Questões ► Capítulo 7	197
1. Questões	197
2. Gabarito	198

PARTE II

Teoria do Delito

Capítulo 8 ► Crime: Noção Conceitual e Classificações	203
1. Noção Conceitual	203
1.1. Conceito Material	204
1.2. Conceito Legal	205
1.2.1. Crime: Reclusão e Detenção	207
1.2.2. Contravenção Penal: Prisão Simples	208
1.3. Conceito Analítico	208
2. Classificações	209
2.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria	209
2.2. Crimes simples e complexos	210
2.3. Crimes materiais, formais e mera conduta	211
2.4. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	212
2.5. Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos	213
2.6. Crimes instantâneos, permanentes, instantâneos de efeitos permanentes e a prazo	214
2.7. Crimes de atentado ou de empreendimento	215
2.8. Crimes condicionados e incondicionados	215
2.9. Crimes transeuntes e não transeuntes	215
2.10. Crimes de forma livre e de forma vinculada	216
2.11. Crimes mono-ofensivos e pluriofensivos	216
2.12. Crimes principais e acessórios	216

2.13. Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado	217
2.14. Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....	217
2.15. Crimes independentes e conexos.....	218
2.16. Crimes de dano e de perigo.....	218
2.17. Crimes omissivos próprios e impróprios.....	219
3. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	221
Questões ► Capítulo 8	223
1. Questões	223
2. Gabarito.....	225
Capítulo 9 ► Tentativa e Consumação	227
1. Crime Consumado	227
1.1. Noção Conceitual	227
1.2. Classificações do Crime e Momento Consumativo	228
1.2.1. Consumação x Crime Exaurido.....	228
1.2.2. Crimes Materiais.....	229
1.2.3. Crimes Formais.....	229
1.2.4. Crimes Habituais	229
1.2.5. Crimes Permanentes	230
1.2.6. Crimes Culposos	230
1.2.7. Crimes Omissivos.....	230
2. Tentativa.....	231
2.1. Previsão Legal	231
2.2. Noção Conceitual	231
2.3. Natureza Jurídica	232
2.3.1. Delito Imperfeito (Frustrado)	232
2.3.2. Regra de Extensão da Pena.....	232
2.3.3. Delito Autônomo, Com Estrutura Completa, Objetiva e Subjetivamente.....	233
2.3.4. Tipo Acessório do Principal	233
2.4. Teorias de Sustentação.....	233
2.4.1. Subjetiva	233
2.4.2. Objetiva.....	234
2.4.3. Subjetivo-Objetiva.....	235
2.4.4. Sintomática	235
2.4.5. Impressão	236
2.5. “Iter criminis”	237
2.5.1. Conceito	237
2.5.2. Fases.....	238
2.5.2.1. Fase Interna	238
2.5.2.2. Fase Externa	239
2.5.2.3. Diferenças entre ato preparatório e ato de execução.....	240
2.6. Classificações	242
2.6.1. Tentativa branca x tentativa vermelha	242
2.6.2. Tentativa Perfeita, Tentativa Imperfeita e Tentativa Falha.....	242
2.7. Dolo e Culpa na Tentativa.....	243
2.7.1. Culpa.....	243

2.7.2. Dolo.....	243
2.7.3. Tentativa e Dolo Eventual	244
2.8. Crimes que não admitem tentativa.....	245
2.8.1. Contravenções Penais.....	245
2.8.2. Crimes Habituais	245
2.8.3. Omissivos Próprios.....	246
2.8.4. Unissubsistentes	246
2.8.5. Preterdolosos.....	247
2.8.6. Crimes de atentado ou de empreendimento	247
2.8.7. Crimes Culposos	247
2.10. Critério para diminuição da pena na Tentativa	248
3. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	248
Questões ► Capítulo 9	249
1. Questões.....	249
2. Gabarito.....	251
Capítulo 10 ► Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz	253
1. Previsão Legal.....	253
2. Noções Terminológicas	253
3. Desistência Voluntária	254
3.1. Previsão Legal	254
3.2. Conceito.....	254
4. Arrependimento Eficaz.....	256
4.1. Previsão Legal	256
4.2. Conceito e Fundamento.....	256
4.3. Natureza Jurídica dos Institutos	258
5. Tentativa Antecipada e a Lei n. 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo).....	259
6. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	262
Questões ► Capítulo 10	263
1. Questões.....	263
2. Gabarito.....	264
Capítulo 11 ► Arrependimento Posterior	265
1. Previsão Legal.....	265
2. Conceito	265
3. Natureza Jurídica.....	265
4. Requisitos	266
4.1. Ocorrência de crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa.....	266
4.2. Reparação do dano ou restituição da coisa.....	267
4.3. Necessidade de existência de efeito patrimonial.....	268
4.4. Voluntariedade	269
4.5. O limite temporal: até o recebimento da denúncia ou queixa.....	269
5. Critérios para diminuição da pena	269
6. Incomunicabilidade de causa de diminuição da pena em concurso de pessoas	270
7. As controvérsias da Súmula 554 do STF	270
8. Outras Hipóteses de Reparação do Dano ou Restituição da Coisa	270

9. Informativos do STJ Relacionados ao Tema	272
10. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	273
Questões ► Capítulo 11.....	275
1. Questões	275
2. Gabarito.....	276
Capítulo 12 ► Crime Impossível	277
1. Previsão Legal.....	277
2. Noções Terminológica e Conceitual	277
3. Fundamento.....	278
4. Elementos do Crime Impossível.....	279
5. Flagrantes Preparado e Esperado	281
5.1. Flagrante Preparado.....	281
5.2. Flagrante Esperado	282
6. Crime Impossível e Outros Institutos	283
6.1. Crime Impossível (Tentativa Inidônea).....	283
6.2. Erro de Tipo	283
6.3. Crime Putativo.....	283
7. Furto sob Vigilância: crime impossível e tentativa punível.....	284
8. Informativo do STJ Relacionado ao Tema.....	285
10. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	285
Questões ► Capítulo 12.....	287
1. Questões	287
2. Gabarito.....	288
Capítulo 13 ► Sujeitos do Crime.....	289
1. Noção Conceitual.....	289
2. Sujeito Passivo.....	289
2.1. Vítima x Prejudicados	290
3. Sujeito Ativo	290
4. Informativo do STJ Relativo ao Tema	291
Capítulo 14 ► Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.....	293
1. Considerações Iniciais	293
1.1. “Common law”	293
1.2. “Civil law”	294
2. Direito Penal Francês.....	294
3. Direito Penal Brasileiro	296
3.1. Fundamentos Constitucionais	296
3.2. Ordem Econômica e Financeira e Economia Popular.....	296
3.2.1. Posicionamentos Contrários	296
3.2.2. Posicionamentos Favoráveis	297
4. Meio Ambiente	298
4.1. Posicionamentos Contrários	299
4.2. Posicionamentos Favoráveis	299
4.3. Conclusão	302

5. Fundamentos Dogmáticos e de Política Criminal.....	302
5.1. Teorias da Personalidade Jurídica.....	302
5.1.1. Teoria da Ficção	302
5.1.2. Teoria da Realidade.....	303
5.1.3. Uma nova perspectiva	303
5.1.4. A superação da linha antropocêntrica do Direito Penal	304
6. Outros Modelos de Responsabilidade	304
6.1. Lei de Improbidade Administrativa e Anticorrupção	305
7. Jurisprudência e Julgados	306
7.1. Tribunal Regional Federal da 4ª Região	306
7.2. Superior Tribunal de Justiça.....	306
7.3. Supremo Tribunal Federal.....	307
8. Imputação Residual e Culpa Autônoma da Pessoa Jurídica	308
9. Informativo do STF Relacionado ao Tema	309
10. Informativo do STJ Relacionado ao Tema	309
11. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	310
Questões ► Capítulo 14	311
1. Questão	311
Capítulo 15 ► Fato Típico	313
1. Noção Conceitual.....	313
1.1. Teorias de Sustentação.....	314
1.1.1. Teoria Causal	315
1.1.1.1. Críticas	317
1.1.2. Teoria Sintomática	318
1.1.3. Teoria Final da Ação.....	319
1.1.3.1. Crítica	322
1.1.3.2. Conceito e Critério privilegiados pelo Código Penal de 1940	322
1.1.4. Teoria Cibernética.....	323
1.1.5. Teoria Social.....	324
1.1.5.1. Críticas	324
1.1.6. Teoria Jurídico-Penal.....	325
2. Formas de Manifestação da Conduta	326
3. Exclusão da Conduta	326
3.1. Caso Fortuito ou Força Maior.....	327
3.2. Atos ou Movimentos Reflexos.....	327
3.3. Coação Física Irresistível	327
3.3.1. Coação Física Irresistível (“vis absoluta”).....	327
3.3.2. Coação Moral Irresistível (“vis compulsiva”).....	328
3.4. Sonambulismo e Hipnose.....	328
Questões ► Capítulo 15	329
1. Questões	329
2. Gabarito.....	330
Capítulo 16 ► Crimes Omissivos	331
1. Noção Conceitual.....	331

2. Crimes Omissivos Próprios (Puros)	332
2.1. Características	332
3. Delitos Omissivos Impróprios (Comissão por Omissão)	333
3.1. Previsão legal	333
3.2. Terminologia	333
3.3. A nova previsão legal: uma afronta ao princípio da legalidade?	333
3.4. Teorias da omissão	334
3.4.1. Causal ou naturalista da omissão	334
3.4.2. Normativa jurídica	335
3.5. Conceito e fundamentos	335
3.6. Características	336
3.6.1. Crimes omissivos impróprios como crimes próprios	336
3.7. Teoria formal	336
3.7.1. A tendência moderna	337
3.8. Reflexões sobre a posição de garantidor	338
3.8.1. Posição de garantia na empresa	338
4. Artigos com maior incidência em provas	339
Questões ► Capítulo 16	341
1. Questões	341
2. Gabarito	343
Capítulo 17 ► Crime Doloso	345
1. Teoria do delito e alocação do dolo	345
1.1. Críticas ao dolo	346
1.2. Teoria causal e dolo normativo	346
1.2.1. Críticas à teoria causal com relação ao dolo	347
1.3. Teoria final da ação	347
1.3.1. Críticas à teoria final da ação	348
2. Teorias de sustentação do dolo	349
2.1. Teoria da representação	350
2.2. Teoria da vontade	350
2.3. Teoria do assentimento	350
3. Elementos do dolo	351
3.1. Avaliação do dolo	351
3.2. O caráter abrangente do dolo	351
4. Espécies de dolo	351
4.1. Dolo direto x dolo indireto	352
4.1.1. Dolo direto	352
4.1.2. Dolo indireto	352
4.2. Dolo alternativo	352
4.3. Dolo eventual	353
4.3.1. Previsão implícita e compatibilidade com infrações penais	353
4.3.2. Equivalência entre dolo eventual e dolo direto	353
4.3.3. Críticas ao dolo eventual	353

5. Dolo eventual e crimes de trânsito	354
5.1. Embriaguez e resultado morte	354
5.1.1. Entendimento do STF	354
5.1.1.1. Anterior	354
5.1.1.2. Entendimento Atual	355
5.1.1.2.1. Culpa consciente como regra	355
5.1.1.2.2. Dolo eventual como exceção.....	360
5.2. Aparelho de celular e resultado morte	362
5.3. “Racha” e Resultado Morte	362
6. Culpa consciente x culpa inconsciente	364
6.1. Culpa inconsciente	364
6.2. Culpa consciente.....	365
7. Demais classificações	365
7.1. “Dolus bonus” x “dolus malus”	365
7.2. Dolo de propósito x dolo de ímpeto	365
7.3. Dolo genérico x dolo específico	366
7.4. Dolo presumido.....	366
7.5. Dolo de dano x dolo de perigo.....	366
7.6. Dolo de primeiro grau x dolo de segundo grau	367
7.7. Dolo geral (Erro Sucessivo, “dolus generalis” ou “aberratio causae”).....	367
7.8. Dolo antecedente x dolo atual x dolo subsequente	368
7.8.1 Dolo antecedente	368
7.8.2. Dolo atual	368
7.8.3. Dolo subsequente	368
8. Informativos do STJ relacionado ao tema	369
9. Artigos com maior incidência em provas.....	370
Questões ► Capítulo 17	371
1. Questões	371
2. Gabarito.....	373
Capítulo 18 ► Crime Culposos	375
1. Direito penal da negligência e noção terminológica.....	375
2. Elementos	376
3. Definição e conteúdo	377
4. Teoria final da ação e as controvérsias da culpa.....	378
5. Funcionalismo e risco permitido.....	379
6. Fundamentos da culpa na perspectiva do finalismo	381
6.1. Dever de cuidado	381
6.2. Quebra do dever de cuidado	382
6.3. Previsibilidade objetiva	383
7. Critérios de interpretação do dever de cuidado	384
7.1. Homem médio	385
8. Princípio da confiança.....	386
9. Artigos com maior incidência em provas.....	388
Questões ► Capítulo 18	389
1. Questões	389
2. Gabarito.....	390

Capítulo 19 ► Tipicidade	391
1. Noção conceitual.....	391
1.1. Tipicidade formal	391
1.2. Tipicidade material.....	392
2. Evolução doutrinária	392
2.1. Teoria constitucionalista do delito	393
3. Artigo 386, VI, do Código de Processo Penal: a tipicidade como indício da ilicitude.....	395
4. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	396
5. Tipicidade conglobante.....	397
5.1. (A)tipicidade conglobante x causas de justificação.....	401
6. Adequação típica	401
7. Informativos do STF relacionados ao tema	402
8. Informativo do STJ relacionado ao tema.....	402
Questões ► Capítulo 19	405
1. Questões	405
2. Gabarito.....	406
Capítulo 20 ► Nexo Causal	407
1. Processo de imputação	407
2. Nexo causal: terminologia, noção conceitual e âmbito de aplicação.....	408
2.1. Terminologia	408
2.2. Noção Conceitual	408
2.2.1. Causa (condição ou ocasião)	408
2.2.2. “Imputatio facti” e “imputatio delicti”	409
2.3. Âmbito de aplicação.....	409
2.3.1. Crimes omissivos e nexo causal?	410
3. Teorias de sustentação do nexo causal	410
3.1. Teoria causal (clássica ou mecanicista) e causalidade.....	411
3.2. Teoria final da ação e nexo causal.....	412
3.3. Funcionalismo penal.....	413
4. Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	413
4.1. Terminologia	413
4.2. Conceito e características.....	413
4.3. Critério de eliminação hipotética dos antecedentes causais	414
4.3.1. Controvérsias sobre a fórmula da eliminação hipotética	414
4.3.2. Críticas à teoria dos antecedentes causais	416
5. Teoria da causalidade adequada	417
5.1. Terminologia e noção conceitual.....	417
5.2. Critério da prognose posterior objetiva.....	417
5.3. Críticas à teoria da causalidade adequada.....	418
6. Imputação objetiva.....	418
6.1. Escorço histórico.....	418
6.2. Tipo penal e imputação objetiva.....	419
6.2.1. Fato típico dos crimes dolosos.....	419
6.2.2. Fato típico dos crimes culposos	419

6.2.3. Observações	420
6.2.3.1. Sentido do termo “objetivo”	420
6.2.3.2. Previsibilidade objetiva do resultado	421
6.3. Conceito e Natureza Jurídica da Imputação Objetiva	421
6.3.1. Conceito	421
6.3.2. Natureza jurídica	422
6.4. Vertentes da imputação objetiva à luz do funcionalismo	422
6.5. Reflexões	425
6.5.1. Vantagens	425
6.5.2. Desvantagens	427
7. Conclusão	428
8. Artigos e súmulas com maior incidência em provas	429
Questões ► Capítulo 20	431
1. Questões	431
2. Gabarito	433
Capítulo 21 ► Concausas	435
1. Conceito	435
2. Causas dependentes e independentes	435
2.1. Causas dependentes	435
2.2. Causas independentes	436
3. Causas absolutamente independentes	436
4. Causas relativamente independentes	437
5. Artigos e súmulas com maior incidência em provas	439
Questões ► Capítulo 21	441
1. Questões	441
2. Gabarito	442
Capítulo 22 ► Ilicitude	443
1. Noção conceitual	443
2. Ilicitude formal x ilicitude material	444
2.1. Ilicitude formal	445
2.2. Ilicitude material	445
3. Concepção unitária	445
4. Terminologia	446
5. Ilicitude genérica x ilicitude específica	446
5.1. Ilicitude genérica	446
5.2. Ilicitude específica	446
6. Ilicitude objetiva x ilicitude subjetiva	447
6.1. Ilicitude subjetiva	447
6.2. Ilicitude objetiva	447
7. Ilicitude penal x ilicitude extrapenal	447
Questões ► Capítulo 22	449
1. Questões	449
2. Gabarito	450

Capítulo 23 ► Causas de Exclusão da Ilicitude	451
1. Considerações gerais	451
2. Terminologia	452
3. Modalidades de causas de exclusão da ilicitude.....	453
3.1. Causas de exclusão da ilicitude objetiva e subjetiva.....	453
3.2. Causas legais x causas supraleais	453
3.2.1. Causas legais	454
3.2.2. Causas supraleais	455
3.2.2.1. Princípio do balanço dos bens jurídicos	455
3.2.2.2. Consentimento do ofendido	456
3.2.2.2.1. Natureza jurídica	456
3.2.2.2.2. Consentimento do ofendido como causa excludente da tipicidade	457
3.2.2.2.3. Consentimento do ofendido como exclusão da ilicitude	459
3.2.2.2.4. Consentimento do ofendido como causa supraleal de exclusão da ilicitude	461
3.2.2.2.5. Consentimento do ofendido na perspectiva da ponderação de valores	461
4. Causas Gerais de Exclusão da Ilicitude.....	463
4.1. Estado de necessidade	463
4.1.1. Previsão legal	463
4.1.2. Conceito	463
4.1.3. Natureza jurídica	464
4.1.4. Teorias.....	465
4.1.4.1. Teoria unitária	465
4.1.4.2. Teoria diferenciadora.....	466
4.1.4.3. Teoria consagrada pelo Código Penal de 1940.....	467
4.1.5. Requisitos	467
4.1.5.1. Conflito entre dois ou mais bens jurídicos lícitos	468
4.1.5.2. Perigo.....	468
4.1.5.3. Perigo inevitável (inevitabilidade do perigo)	469
4.1.5.4. Não configuração do estado de necessidade se afastada a inevitabilidade do perigo por outro modo.....	470
4.1.5.5. Perigo não provocado voluntariamente pelo agente.....	470
4.1.5.6. Ameaça a direito próprio ou alheio.....	471
4.1.5.7. Conhecimento da situação justificante	471
4.1.5.8. Ausência do dever legal de enfrentar o perigo	471
4.1.5.9. Proporcionalidade	472
4.1.6. Modalidades de estado de necessidade	472
4.1.6.1. Quanto ao bem sacrificado	472
4.1.6.2. Quanto à titularidade do bem jurídico preservado	473
4.1.6.3. Quanto à origem da situação de perigo	473
4.1.6.4. Quanto ao aspecto subjetivo do agente.....	474
4.1.7. Estado de necessidade recíproco	474
4.1.8. Casos específicos de estado de necessidade	474

4.1.9. Comunicabilidade do estado de necessidade.....	475
4.1.10. Estado de necessidade e erro na execução	475
4.1.11. Estado de necessidade e dificuldades econômicas	475
4.2. Legítima defesa	475
4.2.1. Previsão legal	475
4.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	476
4.2.3. Requisitos legais	476
4.2.2. Requisitos	477
4.2.2.1. Agressão injusta, atual ou iminente.....	477
4.2.2.1.1. Agressão x provocação	477
4.2.2.1.2. Características da agressão.....	478
4.2.2.1.3. Legítima defesa recíproca	478
4.2.2.1.4. Outros casos	478
4.2.2.1.5. Legítima defesa sucessiva	479
4.2.2.2. Direito próprio ou de terceiro	479
4.2.2.3. Intenção de atuar em legítima defesa (“animus defendendi”)	479
4.2.2.4. Uso moderado dos meios necessários	479
4.2.2.5. A absolvição penal faz coisa julgada no cível (impede a indenização no cível)?	480
4.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal.....	482
4.3.1. Fundamentos	482
4.3.2. Estrito cumprimento do dever legal	483
4.3.2.1. Ação de guarda penitenciário diante de fuga do preso: descaracterização do estrito cumprimento do dever legal	483
4.3.3. Exercício regular de direito	483
4.3.3.1. Prisão em flagrante por qualquer pessoa do povo (flagrante facultativo) e exercício regular de direito.....	484
4.3.3.2. O dever de correção dos pais em relação aos filhos (“ius corrigendi”)	484
4.3.3.3. Outras Teses	484
4.4. Ofendículos	484
5. Excesso punível.....	485
5.1. Previsão legal.....	485
5.2. Noção conceitual	485
5.3. Modalidades	485
5.3.1. Excesso consciente (voluntário).....	486
5.3.2. Excesso inconsciente (involuntário).....	486
5.3.2.1. Evitável (vencível ou inescusável)	486
5.3.2.2. Inevitável (invencível ou escusável)	487
6. Artigos com maior incidência em provas.....	487
Questões ► Capítulo 23	489
1. Questões	489
2. Gabarito.....	491
Capítulo 24 ► Culpabilidade	493
1. Noção conceitual.....	493

2. Teorias de sustentação	494
2.1. Teoria psicológica	494
2.1.1. Críticas	495
2.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa.....	495
2.2.1. Origem.....	495
2.2.2. Fundamentos	496
2.3. Teoria normativa pura	496
2.3.1. Origem.....	496
2.3.2. Fundamentos	496
2.3.2.1. Dolo natural	498
2.3.2.2. Pressupostos da culpabilidade	498
2.3.2.3. Imputabilidade e potencial consciência da ilicitude.....	498
2.3.2.4. Exigibilidade de conduta diversa	499
2.4. Teoria limitada	499
2.4.1. Fundamentos	499
2.5. Teoria funcional.....	500
3. Culpabilidade pelo fato.....	500
4. Fundamento da culpabilidade	501
5. Culpabilidade	501
6. Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	503
6.1. Culpabilidade formal.....	503
6.2. Culpabilidade material	504
7. Graus de culpabilidade.....	504
Questões ► Capítulo 24	505
1. Questões	505
2. Gabarito.....	507
Capítulo 25 ► Causas Excludentes da Culpabilidade	509
1. Causas em espécie	509
2. Grupos.....	510
2.1. Quanto ao agente do fato.....	510
2.2. Quanto ao fato	510
3. Causas Excludentes referentes ao agente do fato	511
3.1. Inimputabilidade	511
3.1.1. Critério para verificação da maturidade	512
3.1.2. Critério para verificação da inimputabilidade por higidez mental.....	512
3.1.3. Inimputabilidade.....	512
3.2. Legislação esquematizada.....	513
3.3. Inimputabilidade decorrente de doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado (inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato)	513
3.3.1. Doença mental: conceito	513
3.3.2. Doenças da vontade e personalidades antissociais	514
3.3.3. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado: conceito.....	514
3.3.4. Comprovação da insanidade	515

3.4. Redução da pena decorrente de perturbação da saúde mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado (relativamente capaz de entender o caráter ilícito do fato).....	518
3.4.1. Perturbação da saúde mental: conceito	518
3.4.2. Previsão legal	518
3.4.3. Embriaguez decorrente de vício (alcoolismo ou embriaguez crônica) como doença mental	518
3.4.3.1. Embriaguez: conceito	518
3.4.3.2. Classificações de embriaguez	519
4. Menoridade.....	521
4.1. Critério biológico	521
4.2. Previsão legal.....	521
4.3. Evolução histórica do direito menorista	521
5. Causas excludentes referentes ao fato	522
5.1. Coação moral irresistível	522
5.1.1. Modalidades de coação	522
5.1.2. Previsão legal	522
5.1.3. Natureza jurídica	522
5.1.4. Conceito	522
5.1.5. Consequências	523
5.1.6. Requisitos	523
5.1.7. Não há concurso de pessoas.....	524
5.1.8. Observações	524
5.1.8.1. Coação moral resistível.....	524
5.1.8.2. Coação física irresistível (“vis absoluta”).....	525
6. Obediência hierárquica	525
6.1. Previsão legal.....	525
6.2. Natureza jurídica.....	525
6.3. Conceito	525
6.4. Consequências	526
6.5. Requisitos.....	526
6.6. Não há concurso de pessoas.....	526
6.7. Ordem manifestamente ilegal.....	527
7. Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal.....	527
8. Embriaguez (completa) decorrente de caso fortuito ou força maior	528
8.1. Conceito de embriaguez	528
8.2. Classificações de embriaguez	528
8.3. Ação Livre na Causa (“Actio Libera in Causa”)	529
8.3.1. Embriaguez voluntária ou culposa	530
8.3.2. O antagonismo da punição e a responsabilidade penal objetiva.....	530
8.3.3. Embriaguez (completa) decorrente de caso fortuito e força maior.....	531
8.3.4. E se a embriaguez decorrente de caso fortuito e força maior for incompleta?	531
9. Erro de proibição e potencial consciência da ilicitude	531
9.1. Conceito de erro	531
9.2. Desconhecimento da ilicitude x desconhecimento da Lei	532
9.2.1. Desconhecimento da lei (ignorância da lei)	532

9.2.2. Desconhecimento da ilicitude	533
9.2.3. Previsão legal	533
9.2.4. Natureza jurídica	534
9.2.5. Exemplos de erro de proibição	535
9.2.6. Fundamentos do erro de proibição.....	536
9.2.7. Modalidades	536
9.2.7.1. Erro de proibição direto.....	536
9.2.7.2. Erro de proibição indireto	537
9.2.7.3. Erro de proibição mandamental.....	537
9.2.7.4. Delito putativo por erro de proibição	537
9.3. Teorias da culpabilidade	537
9.3.1. Teoria extremada ou estrita do dolo.....	538
9.3.1.1. Crítica	538
9.3.2. Teoria limitada do dolo.....	538
9.3.2.1. Crítica	539
9.3.3. Teoria extremada da culpabilidade.....	539
9.3.3.1. Efeitos do erro nessa nova estratificação	540
9.3.4. Teoria limitada da culpabilidade.....	540
9.4. Diferenças entre a teoria limitada da culpabilidade e a teoria extremada da culpa- bilidade	540
9.4.1. Casos em que o erro recai sobre as causas de justificação	540
9.4.2. Erro de tipo permissivo.....	541
9.4.3. Erro de proibição	541
9.4.4. Teoria adotada pelo Código Penal de 1940	541
10. Emoção e paixão	541
10.1. Previsão legal.....	541
10.2. Fundamentos.....	541
10.2.1. Emoção.....	542
10.2.2. Paixão	542
11. Artigos com maior incidência em provas.....	542
Questões ► Capítulo 25	543
1. Questões	543
2. Gabarito.....	545
Capítulo 26 ► Erro de Tipo	547
1. Erro.....	547
1.1. Conceito	547
2. Erro de tipo	547
2.1. Noções introdutórias.....	547
2.2. Previsão legal.....	548
2.3. Erro x ignorância.....	548
2.3.1. Erro.....	548
2.3.2. Ignorância.....	549
3. Sentidos empregados pelo Código Penal de 1940	549
4. Conceito de erro de tipo	549
4.1. Nosso posicionamento	550
4.2. Erro de tipo em crimes omissivos impróprios	551

5. Erro essencial x erro accidental	551
5.1. Erro de tipo essencial	551
5.2. Erro de tipo accidental	551
6. Efeitos do erro de tipo essencial	552
6.1. Erro de tipo essencial escusável.....	552
6.1.1. Erro de tipo essencial x Erro sobre o objeto	553
6.2. Erro de tipo essencial inescusável.....	553
7. Erro de tipo accidental.....	554
7.1. Modalidades	554
8. Erro sobre a pessoa	555
8.1. Previsão legal.....	555
8.2. Fundamentos.....	555
9. Erro sobre o objeto	556
9.1. Fundamentos.....	556
10. Erro sobre as qualificadoras	556
10.1. Fundamentos.....	556
11. Erro sobre o nexo causal	556
11.1. Fundamentos.....	556
12. Erro na execução do crime.....	557
12.1. Terminologia	557
12.2. Conceito	557
12.2.1. “Aberratio ictus” x Erro contra a pessoa	557
12.3. Modalidades	558
12.3.1. Unidade simples (ou com resultado único)	558
12.3.2. Unidade complexa (ou com resultado duplo)	559
13. Resultado diverso do pretendido	560
13.1. Terminologia	560
13.2. Conceito	561
13.3. Modalidades	561
13.3.1. Unidade simples (ou resultado único)	561
13.3.2. Unidade complexa (ou resultado duplo)	562
14. Erro determinado por terceiro	564
14.1. Previsão legal.....	564
14.2. Fundamentos.....	564
15. Erro de tipo x Crime putativo por erro de tipo	565
15.1. Erro de tipo.....	565
15.2. Crime putativo por erro de tipo	565
16. Discriminantes putativas.....	566
16.1. Previsão legal.....	566
16.2. Noção conceitual	566
16.3. Relação das discriminantes putativas com as causas de exclusão da ilicitude	567
16.4. Modalidades	567
16.4.1. Erro relativo aos pressupostos de fato de uma causa de exclusão da ilicitude	567
16.4.2. Erro relativo à existência de uma causa de exclusão da ilicitude	567
16.4.3. Erro relativo aos limites de uma causa de exclusão da ilicitude	568

16.5. Natureza jurídica.....	568
16.5.1. Erro relativo aos limites de uma causa de exclusão da ilicitude e erro relativo à existência de uma causa de exclusão da ilicitude	568
16.5.2. Erro relativo aos pressupostos de fato de uma causa de exclusão da ilicitude	569
17. Artigos com maior incidência em provas.....	570
Questões ► Capítulo 26	571
1. Questões	571
2. Gabarito.....	572
Capítulo 27 ► Autoria e Concurso de Pessoas	573
1. Exposição metodológica do tema.....	573
2. Autoria	573
2.1. Previsão legal.....	573
2.2. Autoria x participação.....	574
2.2.1. Autoria	574
2.2.2. Participação	574
2.3. Teorias de autoria	574
2.3.1. Teoria unitária	575
2.3.1.1. Autoria	575
2.3.1.2. Fundamentos no conceito extensivo de autor e na teoria subjetiva da participação	576
2.3.1.3. Participação.....	576
2.3.1.4. Críticas	577
2.3.2. Teoria subjetiva.....	577
2.3.2.1. Críticas à teoria subjetiva	578
2.3.4. Teoria dualista	578
2.3.4.1. Teoria objetivo-material.....	578
2.3.4.2. Teoria objetivo-formal	578
2.3.4.2.1. Críticas à teoria objetivo-formal.....	580
2.3.4.2.2. Discussão sobre a acolhida da teoria objetivo-formal pelo Código Penal de 1940	580
2.3.5. Domínio do fato	582
2.3.5.1. Escorço histórico	582
2.3.5.2. Critérios para a proposta de um conceito.....	583
2.3.5.3. Noção conceitual.....	583
2.3.5.4. Variantes do domínio do fato.....	584
2.3.5.5. Domínio da vontade.....	585
2.3.5.5.1. Fundamentos	585
2.3.5.6. Domínio da organização	585
2.3.5.6.1. Fundamentos	585
2.3.5.6.2. Precedentes	586
2.3.5.6.3. Pressupostos.....	587
2.3.5.7. Acolhida do domínio do fato pelo Código Penal de 1940	588
2.4. Teoria adotada pelo Código Penal de 1940, com reforma da Parte Geral de 1984.....	589
2.4.1. Concurso de pessoas	589
2.4.2. Autoria individual.....	590

3.	Autoria Mediata.....	590
3.1.	Ausência de culpabilidade do autor mediato	590
3.2.	Coautoría mediata e participação na autoria mediata	591
3.3.	Previsão da autoria mediata no Código Penal de 1940	591
3.4.	Autoria mediata e crimes culposos	592
3.5.	Autoria mediata e inimputabilidade	593
4.	Cooperação Dolosamente Distinta.....	593
4.1.	Previsão Legal	593
4.2.	Terminologia	593
4.2.1.	Interpretação do art. 29, § 2º	593
5.	Circunstâncias Incomunicáveis.....	595
5.1.	Previsão Legal	595
5.2.	Fundamentos.....	595
5.2.1.	As circunstâncias subjetivas e condições de caráter pessoal não se comunicam (aos coautores e partícipes)	597
5.2.2.	As circunstâncias objetivas (de caráter real) se comunicam (aos coautores e partícipes).....	597
5.2.3.	As elementares objetivas (de caráter real) e as elementares subjetivas (de caráter pessoal) se comunicam (aos coautores e partícipes).....	597
5.3.	Reflexão: comunicabilidade da elementar “estado puerperal” no crime de infanticídio	598
5.3.1.	Entendimento originário	598
5.3.2.	Entendimento atual	598
6.	Outras questões sobre autoria.....	598
6.1.	Autoria colateral.....	598
6.2.	Autoria incerta	599
6.3.	Autoria desconhecida.....	600
7.	Participação.....	600
7.1.	Fundamentos.....	600
7.2.	Requisitos.....	601
7.3.	Modalidades	601
7.3.1.	Auxílio moral	601
7.3.1.1.	Participação moral x incitação ao crime (art. 286, CP).....	602
7.3.2.	Auxílio material.....	602
7.4.	Acessoriedade e punição do partícipe	602
7.4.1	Fundamentos	602
7.4.2	Previsão da acessoriedade no Código Penal de 1940	603
7.4.3	Teorias da acessoriedade.....	603
7.4.3.1.	Acessoriedade mínima	603
7.4.3.1.1.	Crítica	603
7.4.3.2.	Acessoriedade Limitada	603
7.4.3.2.1.	Crítica	604
7.4.3.3.	Acessoriedade máxima.....	604
7.4.3.4.	Hiperacessoriedade	604
7.4.3.4.1.	Crítica	605
7.4.3.5.	Teoria privilegiada pelo Código Penal.....	605

7.4.4.	Participação de menor importância.....	605
7.4.4.1.	Previsão legal	605
7.4.4.2.	Noção Conceitual.....	605
7.4.4.3.	Características.....	605
7.4.5.	Participação impunível.....	606
7.4.5.1.	Previsão legal	606
7.4.5.2.	Fundamentos	606
7.4.5.3.	A expressão “Salvo disposição expressa em contrário”	607
7.4.6.	Participação por omissão	607
7.4.7.	Convivência	607
7.4.8.	Participação sucessiva.....	608
7.4.9.	Participação em ação alheia.....	608
7.4.10.	Participação em cadeia.....	608
8.	Concurso de pessoas	608
8.1.	Previsão legal.....	608
8.2.	Terminologia e Conceito	609
8.4.	Teorias de concurso de pessoas	610
8.4.1.	Teoria dualista	610
8.4.2.	Teoria unitária	611
8.4.2.1.	Coautoria	611
8.4.2.2.	Participação.....	612
8.4.2.3.	Exemplo.....	612
8.4.2.4.	Críticas à teoria unitária	612
8.4.2.5.	Concurso de pessoas à luz do Código Penal de 1940, com reforma da Parte Geral de 1984	613
8.5.	Requisitos.....	614
8.5.1.	Pluralidade de agentes culpáveis.....	614
8.5.1.1.	Pseudoconcurso.....	614
8.5.1.2.	Fundamentos	615
8.5.2.	Relevância causal das condutas para a produção do resultado.....	615
8.5.2.1.	O significado de “concorrer”	615
8.5.2.2.	A expressão “de qualquer modo”	616
8.5.2.3.	Momentos da Contribuição	616
8.5.3.	Vínculo subjetivo	617
8.5.3.1.	Princípio da convergência e vontade homogênea	617
8.5.3.2.	A ciência do agente (scientia sceleris)	617
8.5.3.3.	Ausência do vínculo subjetivo	618
8.5.4.	Unidade de infração penal para todos os agentes.....	618
8.5.4.1.	Previsão legal	618
8.5.4.2.	Teorias.....	618
8.5.4.3.	Punição e princípio da culpabilidade.....	618
8.5.5.	Existência de fato punível.....	619
8.5.5.1.	Princípio da exterioridade	619
8.6.	Modalidades de coautoria	619

8.7. Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria	619
8.7.1. Crimes próprios	619
8.7.1.1. Peculato como crime próprio e possibilidade de coautoria e participação.....	620
8.7.2. Crimes de mão própria.....	621
8.8. Executor de reserva	622
8.9. Coautoria sucessiva	622
8.10 Coautoria em crimes omissivos.....	622
8.11 Concurso de pessoas e crimes multitudinários	623
8.10.3.1. Fundamentos	623
8.10.3.2. Reflexão doutrinária.....	624
8.10.4. Concurso de pessoas e crimes culposos	625
9. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	626
Questões ► Capítulo 27	627
1. Questões.....	627
2. Gabarito.....	632

PARTE III Teoria Geral da Pena

Capítulo 28 ► Evolução Histórica, Conceito e Princípios da Sanção Penal	637
1. Sanção Penal	637
1.1. Conceito.....	637
1.2. Modalidades	638
1.2.1. Penas	638
1.2.2. Medida de Segurança.....	638
2. Pena: conceito e fundamentos	639
2.1. Conceito	639
2.3. Escorço histórico.....	639
2.4. Pena de morte à luz da CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS	642
3. Restrição aos direitos do condenado	643
3.1. Prisão perpétua	643
4. Princípios.....	643
5. Teoria da injunção penal.....	644
6. Informativo do STJ Relacionado ao Tema.....	644
7. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	645
Questões ► Capítulo 28	647
1. Questões.....	647
2. Gabarito.....	648
Capítulo 29 ► Escolas Penais e Sociológicas do Crime	649
1. Considerações Gerais	649
2. Escola de Chicago	649
2.1. “Three strikes and you’re out”	652
3. Associação diferencial	653

4. Teoria da anomia	654
5. Subcultura delinquente.....	656
6. Etiquetamento (“Labelling Approach”).....	657
7. Teoria crítica.....	659
7.1. Neorrealismo de esquerda versus realismo de direita (“Lei e Ordem”, “tolerância zero” e teoria das janelas quebradas)	660
7.2. Abolicionismo.....	661
7.2.1. Origem.....	661
7.2.2. Fundamentos	662
7.2.3. Objetivos	664
7.2.4. Críticas	664
7.3. Direito Penal Mínimo	665
8. Garantismo penal.....	666
8.1. Fundamentos.....	666
8.2. Axiomas garantistas	666
9. Justiça restaurativa	667
9.1. Restauração x retribuição	667
9.2. Justiça restaurativa à luz do direito penal brasileiro	668
10. Direito penal máximo	669
10.1. Etimologia	669
10.2. Fundamentos.....	670
10.3. Lei n. 13.260/16: a criminalização do terrorismo no Brasil	671
10.4. Cenário da bomba-relógio (“Ticking bomb scenario theory”)	671
10.5. Críticas do direito penal máximo.....	673
11. Expansão do direito penal.....	673
12. Direito penal brasileiro	674
13. Informativos do STF Relativos ao Tema.....	675
14. Julgados do STF Relativos ao Tema	675
Capítulo 30 ► Funções, Classificações e Formas de Cominação da Pena	677
1. Teorias e Finalidades da Pena.....	677
2. Teoria Absoluta (Retributiva).....	677
2.1. Críticas.....	678
3. Teoria Relativa (Preventiva)	678
3.1. Prevenção Geral	678
3.1.1. Prevenção Geral Negativa.....	679
3.1.1.1. Críticas	679
3.1.2. Prevenção Geral Positiva.....	679
3.1.2.1. Modalidades.....	680
3.1.2.1.1. Fundamentadora.....	680
3.1.2.1.1.1. Críticas	680
3.1.2.1.2. Limitadora.....	681
3.2. Prevenção Especial	681
3.2.1. Críticas	681
3.2.2. Prevenção Especial Negativa.....	682
3.2.3. Prevenção Especial Positiva.....	682

4.	Outras Propostas Teóricas.....	683
4.1.	Teoria Agnóstica e Penologia Crítica.....	683
4.2.	A Terceira Via do Direito Penal: Reparação do Dano como Medida Autônoma e Independente	684
4.2.1.	Reparação do Dano e o Padrão Ético de Culpabilidade.....	685
4.2.2.	Princípio da (Des)Necessidade da Reação Penal	687
5.	Teoria Mista.....	689
6.	Teorias consagradas pelo Código Penal de 1940, com a reforma de 1984.....	690
6.1.	Prevenção Geral Positiva Limitadora	690
6.2.	Adoção da Teoria Mista	690
6.3.	Reflexões Críticas.....	690
6.3.1.	Uma interpretação do artigo 59, do CP: “reprovação” como “retribuição”? ..	690
6.3.2.	A Incorporação da Justiça Colaborativa no Brasil.....	691
7.	Cominação das Penas	692
7.1.	Fundamentos.....	692
7.2.	Previsão Legal	693
7.3.	Formas de Cominação das Penas	693
8.	Classificação das Penas.....	694
8.1.	Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena	694
8.1.1.	Privativa de Liberdade.....	694
8.1.1.1.	Tempo de Duração	694
8.1.2.	Restritiva de Direitos	695
8.1.3.	Pena de Multa	698
8.1.4.	Pena Restritiva da Liberdade	698
8.1.4.1.	Possibilidade de Pena Restritiva de Liberdade.....	698
8.1.4.2.	Possibilidade de outras penas	698
8.1.5.	Pena Corporal	699
8.2.	Quanto ao Critério Constitucional	699
8.3.	Quanto ao Critério Adotado pelo Código Penal	700
9.	Artigos com Maior Incidência em Provas.....	700
	Questões ► Capítulo 30.....	701
1.	Questões	701
2.	Gabarito.....	702
	Capítulo 31 ► Pena Privativa de Liberdade	703
1.	Conceito	703
2.	Espécies.....	704
3.	Legislação Esquematizada	704
3.1.	Pena de Reclusão	704
3.1.1.	Outras Questões Importantes sobre a Pena de Reclusão	705
3.1.1.1.	Critérios para Determinação do Regime	705
3.1.1.2.	Possibilidade de regime inicial mais rigoroso ao réu primário	706
3.1.1.3.	Possibilidade de regime inicial aberto a reincidente	706
3.2.	Pena de Detenção	707
3.2.1.	Critérios para Determinação de Regime	707
3.3.	Prisão Simples	708

4. Reflexão: Unificação Conceitual e Terminológica para “Pena de Prisão”	708
5. Fixação do Regime Inicial de Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade	709
5.1. Legislação Esquematizada.....	709
5.2. Fatores para Fixação	709
5.3. Fixação do Regime Inicial de Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade em Con- curso de Crimes (único processo).....	709
5.4. Soma das penas durante a execução criminal (processos distintos).....	710
6. Fixação do Regime Inicial de Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade em crimes hediondos e equiparados	711
6.1. Reflexão: Entendimentos sobre a proibição de progressão de regime.....	711
6.2. Atual previsão expressa da Lei (após a Lei n. 11.464/07)	711
6.3. Superior Tribunal de Justiça.....	712
7. Quantidade para progressão de regime em crimes hediondos e equiparados	712
7.1. Lei n. 11.464/07.....	712
7.3. Requisitos Objetivos e Subjetivos	712
7.4. Tráfico Privilegiado e Progressão de Regime	713
8. Competência para Execução da Pena Privativa de Liberdade	713
9. Recurso de Agravo	714
10. Pena privativa de liberdade aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso	714
11. Fixação equivocada de regime prisional na sentença condenatória e impossibilidade de modificação pelo juízo da execução	715
12. Obrigatoriedade da execução, em primeiro lugar, das penas mais graves	716
13. Principais Súmulas em Matéria de Pena e de Institutos Correlatos	716
13.1. Supremo Tribunal Federal.....	716
13.2. Superior Tribunal de Justiça.....	717
14. Informativos do STF Relacionados ao Tema	718
15. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	719
Questões ► Capítulo 31	721
1. Questões.....	721
2. Gabarito.....	723
Capítulo 32 ► Progressão de Regime	725
1. Sistemas	725
1.1. Sistema da Filadélfia.....	725
1.2. Sistema de Auburn	726
1.3. Sistema inglês ou progressivo	726
1.3.1. Previsão Legal.....	726
1.3.2. Sistema adotado no Direito Penal Brasileiro e na Lei de Execução Penal	726
1.3.3. Alterações da legislação brasileira no sistema inglês ou progressivo	727
1.3.4. Falta de Vagas nos Regimes Semiaberto e Aberto.....	728
1.4. Requisitos para progressão de regime.....	729
1.4.1. Legislação Esquematizada	729
1.4.2. Requisitos	729
1.4.3. Polêmicas sobre o Atestado de Boa Conduta Carcerária	731
1.4.4. O juiz da execução não ficará adstrito ao exame criminológico do outro juízo	731

1.4.5. Inquérito Policial em Curso	731
1.4.6. Progressão e Falta Grave.....	732
2. Progressão de regime em crimes contra a Administração Pública	732
2.1. Constitucionalidade do Artigo 33, §4º, do Código Penal e Ação Penal 470/MG (“Caso Mensalão”).....	732
3. Progressão de Regime em crimes hediondos e equiparados	733
3.2. Atual previsão expressa da Lei (Lei n. 11.464/07)	734
3.2.1. Legislação Esquematizada.....	734
3.2.2. Requisitos Objetivos Mais Severos	735
3.2.3. Superior Tribunal de Justiça	735
4. Prioridade de Tramitação do Processos de Crimes Hediondos	736
5. Progressão em execução conjunta por crime hediondo e crime comum	736
6. Progressão e Nova Condenação	737
7. Processamento do Pedido de Progressão	737
7.1. Endereçamento	737
7.2. Decisão Fundamentada.....	737
7.3. Procedimento do Livramento Condicional, Indulto e Comutação de Penas.....	737
8. Informativos do STF Relacionados ao Tema	738
10. Julgados do STF Relativos ao Tema	740
11. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	740
Questões ► Capítulo 32	741
1. Questões	741
2. Gabarito.....	743
Capítulo 33 ► Regressão	745
1. Definição	745
2. Previsão Legal.....	745
3. Hipóteses de Cabimento	745
3.1. Se o réu praticar fato definido como crime doloso ou falta grave (Art. 188, I, LEP)	746
3.1.1. Faltas Graves	746
3.1.2. Procedimento da Falta Grave	746
3.1.3. Crime Doloso	746
3.2. Sofrer condenação por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (art. 188, II, c.c. o art. 111, da LEP)	747
3.3. O condenado será transferido do regime aberto se, além das hipóteses referidas nos incisos anteriores, frustrar os fins da execução ou não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta (art. 118, §1º)	747
3.3.1. Frustrar os fins da execução	747
3.3.2. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.....	748
4. Regressão “por saltos”.....	748
5. Informativos do STF Relacionados ao Tema	748
6. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	749
Questões ► Capítulo 33	751
1. Questões	751
2. Gabarito.....	753

Capítulo 34 ► Autorizações de Saída	755
1. Aspectos Gerais	755
2. Permissão de Saída	755
2.1. Previsão Legal	755
2.2. Concessão	755
3. Saída Temporária	756
3.1. Previsão Legal	756
3.2. Hipóteses de Cabimento	756
3.3. Uso de Monitoração Eletrônica	756
3.3.1. Deveres do Condenado	756
3.3.2. Violação dos Deveres	757
3.3.3. Revogação da Monitoração Eletrônica	757
3.4. Requisitos da Saída Temporária	757
3.5. Prazo	757
3.5.1. Frequência a Curso Profissionalizante	758
3.5.2. Prazo Mínimo de Concessão de uma Saída Temporária a Outra	758
3.6. Condições para a Concessão da Saída Temporária	758
3.7. Fixação de Calendário Anual de Saída Temporária por Decisão Judicial	758
3.8. Revogação	759
3.9. Recuperação do Direito à Saída Temporária	759
4. Críticas	759
5. Informativos do STF Relacionados ao Tema	760
6. Informativos do STJ Relacionados ao Tema	760
7. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	761
Questões ► Capítulo 34	763
1. Questões	763
2. Gabarito	764
Capítulo 36 ► Trabalho, Deveres e Falta Grave do Reeducando	765
1. Deveres do Reeducando (“Preso”)	765
2. Aplicação dos Deveres ao Preso Provisório	765
3. Direitos do Preso	765
3.1. Direito à Visita Íntima	766
3.2. Direito de Cumprir a Pena no Local de seu Domicílio	767
4. Disciplina do Preso	767
5. Trabalho do Preso	768
5.1. Trabalho Remunerado	768
5.2. Finalidade Educativa e Pedagógica	768
5.3. Trabalho Obrigatório	768
5.4. Trabalho Obrigatório x Trabalho Forçado	768
6. Falta Grave	769
6.1. Falta Grave do Preso Condenado à Pena Privativa de Liberdade	769
6.1.1. Uso de Aparelho de Celular nos Presídios	769
6.2. Falta Grave do Condenado à Pena Restritiva de Direitos	770
6.3. Crime Doloso e Falta Grave	770

7. Sanções Disciplinares	770
7.1. Modalidades	770
7.2. Recompensas.....	771
7.2.1. Auxílio-Reclusão.....	771
7.3. Regime Disciplinar Diferenciado.....	772
7.3.1. Natureza Jurídica e Hipóteses de Cabimento	772
7.3.2. Concessão	772
7.3.3. Discussão sobre a Constitucionalidade do Regime Disciplinar Diferenciado ..	773
8. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	773
Questões ► Capítulo 36	775
1. Questões	775
2. Gabarito.....	776
Capítulo 37 ► Remição	777
1. Evolução Histórica no Direito Penal Brasileiro	777
2. Conceito	777
3. Legislação Esquematizada	777
3.1 Lei de Execução Penal.....	778
3.2. Recomendação n. 44/13, do Conselho Nacional de Justiça	779
4. Formas de Remição	779
4.1. Remição por Trabalho	779
4.1.1. Inviabilidade de Aplicação no Regime Aberto.....	780
4.1.2. Reconhecimento da Remição em decorrência de Trabalho Externo.....	780
4.2. Remição por Estudo	780
4.2.1. Inviabilidade de Atividades Superiores a 4 horas diárias.....	781
4.2.2. Possibilidade de Cumulação das Horas em Período Mais Dilatado	781
4.2.3. Acréscimo de 1/3 de remição.....	781
4.2.4. Formas de Desenvolvimento do Estudo	782
4.2.5. Instituição de Ensino situada fora da Penitenciária	782
4.2.6. Presos que estudam sozinhos	782
4.2.7. Regime Fechado, Semiaberto e Aberto	783
4.3. Remição por Leitura	783
4.3.1. Reflexão.....	784
5. Outras Regras.....	785
5.1. Não há limite para a remição	785
5.2. Possibilidade de Aplicação a todas as Modalidades de Crimes	785
5.3. Aplicação aos Presos Provisórios.....	785
5.4. Acidente do Preso Durante o Trabalho ou Estudo	785
6. Falta Grave	785
7. Impossibilidade de Trabalho ou de Estudo por Falta de Condições no Estabelecimento Penal.....	786
8. Informativos do STJ Relacionado ao Tema.....	786
9. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	787
Questões ► Capítulo 37	789
1. Questões	789
2. Gabarito.....	790

Capítulo 38 ► Detração	791
1. Previsão Legal.....	791
2. Conceito	791
2.1. Sentido de “Prisão Provisória”	791
2.2. Medida de Segurança	792
3. Competência de Aplicação da Detração.....	792
4. Detração Penal e Penas Restritivas de Direito	793
5. Detração Penal e Pena de Multa	793
6. Detração Penal e Suspensão Condicional da Execução da Pena.....	794
7. Detração Penal e Regime Inicial de Cumprimento de Pena	794
8. Detração Penal e Prisão Provisória em Outro Processo.....	795
9. Informativos do STF Relacionados ao Tema	795
10. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	796
Questões ► Capítulo 38	797
1. Questões	797
2. Gabarito.....	798
Capítulo 39 ► Dosimetria da Pena Privativa de Liberdade	799
1. Noções Gerais	799
2. Pressuposto da Aplicação da Pena	799
3. Critério Trifásico x Bifásico.....	800
3.1. Critério Privilegiado pelo Código Penal, com a Reforma da Parte Geral de 1984	802
3.1.1. Pena Privativa de Liberdade e Critério Trifásico.....	802
3.2.2. Pena de Multa e Critério Bifásico.....	802
3.2. Discussão sobre a Existência de Uma Quarta Fase	802
4. Elementares e Circunstâncias	803
5. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	804
Capítulo 40 ► Critério Trifásico	805
1. Características.....	805
2. Regras Gerais	806
3. Fixação da Pena nas Fases do Sistema Trifásico.....	806
4. Circunstâncias Legais e Judiciais	807
4.1. Compensação das Circunstâncias Legais e Judiciais.....	808
4.2. Espécies de Circunstâncias Legais	808
4.2.1. Agravantes Genéricas	808
4.2.2. Causas de Aumento.....	809
4.2.3. Qualificadoras	809
4.2.4. Atenuantes Genéricas.....	810
4.2.5. Causas de Diminuição.....	810
5. Fases ou Etapas.....	810
6. Primeira Fase do Sistema Trifásico	811
6.1. Inviabilidade de Fixação Aquém do Mínimo Legal.....	811
6.2. Proibição de Dupla Punição Pelo Mesmo Fato (“Ne bis in idem”).....	811
6.3. Penas Alternativamente Cominadas	812

6.4.	Crime Qualificado	812
6.4.1.	Incidência de Mais de uma Qualificadora	812
6.5.	Circunstâncias Judiciais do artigo 59 do Código Penal	813
6.5.1.	Personalidade	813
6.5.2.	Antecedentes Criminais	814
6.5.3.	Conduta Social.....	814
6.5.4.	Motivos	814
6.5.5.	Circunstâncias do Crime	815
6.5.6.	Consequências do Crime.....	815
6.5.7.	Comportamento da Vítima.....	815
6.6.	Conjunto dos Critérios Judiciais para a Fixação da Pena.....	816
7.	Segunda Fase do Sistema Trifásico.....	817
7.1.	Quantidade para Fixação da Pena em Relação às Agravantes e Atenuantes	817
7.2.	Agravantes.....	819
7.2.1.	Previsão Legal.....	819
7.2.2.	Considerações Gerais	820
7.2.3.	Reincidência	821
7.2.3.1.	Previsão Legal.....	821
7.2.3.2.	Fundamentos	821
7.2.3.3.	Possibilidades	822
7.2.3.4.	Reincidência e Extinção da Punibilidade	823
7.2.3.5.	Período Depurador	824
7.2.3.6.	Reincidência x Primariedade	825
7.2.3.7.	Reincidência e Maus Antecedentes	826
7.2.3.8.	Reincidências Genérica e Específica	826
7.2.3.9.	Inviabilidade da Reincidência	826
7.3.	Motivo fútil ou torpe (Art. 61, inc. II, “a”)	827
7.4.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (Art. 61, inc. II, “b”)	828
7.5.	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (Art. 61, inc. II, “c”)	829
7.6.	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (Art. 61, inc. II, “d”)	830
7.6.1.	Veneno	831
7.6.2.	Fogo.....	831
7.6.3.	Explosivo	831
7.6.4.	Asfixia	832
7.6.5.	Tortura	832
7.7.	Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge (Art. 61, inc. II, “e”).....	832
7.8.	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher da na forma da lei específica (Art. 61, inc. II, “f”)	832
7.9.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (Art. 61, inc. II, “g”)	834
7.10.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (Art. 61, inc. II, “h”)	834

7.11. Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (Art. 61, inc. II, "i").....	836
7.12. Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (Art. 61, inc. II, "j")	836
7.13. Em estado de embriaguez preordenada (Art. 61, inc. II, "l")	836
7.14. Agravantes nos Crimes Praticados por duas ou mais pessoas (Art. 62, CP)	837
8. Atenuantes	837
8.1. Previsão Legal	837
8.2. Fundamentos.....	838
8.3. Espécies	839
8.3.1. Menoridade.....	839
8.3.2. Senilidade	840
8.3.3. Desconhecimento da lei.....	841
8.3.4. Motivo de Relevante Valor Moral ou Social.....	841
8.3.4. Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano.....	842
8.3.5. Cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.....	843
8.3.6. Confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.....	846
8.3.6.1. Confissão Simples e Confissão Qualificada	846
8.3.6.2. Compensação entre a Reincidência e a Confissão Espontânea.....	847
8.3.7. Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	847
8.3.8. Circunstância Atenuante Inominada.....	848
9. Terceira Fase do Sistema Trifásico: Causas de Aumento e de Diminuição.....	848
10. Informativos do STF Relacionados ao Tema	848
11. Informativos do STJ Relacionados ao Tema	849
12. Súmulas do STJ	850
Questões ► Capítulos 39 e 40.....	851
1. Questões	851
2. Gabarito.....	852
Capítulo 41 ► Penas Alternativas à Prisão	853
1. Considerações Gerais	853
2. Pena Restritiva de Direito	853
2.1. Legislação Esquematizada.....	853
2.2. Conceito e Natureza Jurídica.....	855
2.3. Características	856
2.4. Critérios de Aplicação	856
2.5. Requisitos de Aplicação	857
2.5.1. Crimes Doloso e Culposo	857
2.5.2. Reincidência	858
2.5.3. Regras de Substituição	859
2.5.3.1. Crimes Hediondos e Assemelhados.....	860
2.5.3.2. Tráfico de Drogas.....	861

2.5.3.3.	Lesão Corporal de Natureza Leve, Ameaça e Constrangimento Ilegal	862
2.5.3.4.	Crime de Roubo	863
2.6.	Espécies	863
2.6.1.	Prestação de Serviços à Comunidade.....	864
2.6.2.	Limitação de Fim de Semana	864
2.6.3.	Interdição Temporária de Direitos.....	865
2.6.4.	Prestação Pecuniária	866
2.6.5.	Perda de Bens e Valores	866
2.7.	Execução da Pena Restritiva de Direito	866
2.8.	Conversão	867
2.9.	Hipóteses Específicas de Conversão.....	868
2.10.	Substituição de uma Pena Restritiva por Outra Durante o Cumprimento.....	869
2.11.	Inviabilidade no Contexto de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	869
3.	Pena de Multa	870
3.1.	Legislação Esquematizada.....	870
3.2.	Conceito e Fundamentos Legais	871
3.3.	Sistema de Aplicação	871
3.3.1.	Multa Irrisória.....	873
3.4.	Cobrança da Multa.....	873
3.5.	Inadimplemento Voluntário.....	875
3.6.	Pena de Multa em Legislações Especiais	877
3.7.	Suspensão e Interrupção da Prescrição da Pena de Multa	878
3.8.	Cumulação das Penas de Multa	879
4.	Informativos do STF Relacionados ao Tema	880
Questões ► Capítulo 41		881
1.	Questões	881
2.	Gabarito.....	883
Capítulo 42 ► Suspensão Condicional da Pena		885
1.	Legislação Esquematizada	885
1.1.	Código Penal	885
2.	Evolução Histórica e Conceitual	886
3.	Natureza Jurídica.....	887
4.	Momento para a Concessão.....	888
5.	Espécies	888
5.1.	“Sursis” Simples.....	888
5.2.	“Sursis” Especial	888
5.3.	“Sursis” Etário	889
6.	Requisitos	889
6.1.	Objetivos	889
6.2.	Subjetivos.....	890
6.2.1.	Circunstâncias Judiciais Favoráveis.....	891
7.	Período de Prova	891
8.	Condições.....	892
8.1.	Condições Legais.....	892
8.2.	Condições Judiciais	893

9. “Sursis” Incondicionado.....	895
10. Período de Prova	895
11. Revogação.....	895
11.1. Revogação Obrigatória	895
11.1.1. Condenação, em sentença irrecorrível, por crime doloso	896
11.1.2. Frustrar, embora solvente, a execução da pena de multa ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.....	896
11.1.3. Descumprir a condição do §1º do artigo 78 do Código Penal.....	896
12. Revogação Facultativa.....	897
13. Prorrogação do Período de Prova e Extinção da Pena	897
14. Suspensão Condicional da Pena em Crimes Hediondos ou Assemelhados.....	898
15. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	899
Questões ► Capítulo 42	901
1. Questões	901
2. Gabarito.....	902
Capítulo 43 ► Livramento Condicional	903
1. Legislação Esquematizada	903
2. Evolução Histórica e Conceitual	904
3. Natureza Jurídica.....	905
4. Livramento Condicional e “Sursis”	906
4.1. Semelhanças	906
4.2. Diferenças.....	906
5. Competência para Concessão	907
6. Requisitos	907
6.1. Objetivos	907
6.1.1. Espécie da Pena	908
6.1.2. Quantidade da Pena	908
6.1.3. Parcela da Pena já Cumprida.....	908
6.1.3.1. Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Livramento Condicional	909
6.1.3.2. Tráfico de Pessoas.....	910
6.1.4. Reparação do Dano	912
6.2. Subjetivos.....	912
6.2.1. Comportamento Satisfatório Durante o Cumprimento da Pena	912
6.2.2. Constatação das Condições Pessoais de que o Condenado a Crime Doloso, cometido com Violência ou Grave Ameaça, não voltará a Delinquir	913
7. Livramento Condicional e Suspensão Condicional da Pena em Crimes contra a Economia Popular	913
8. Condições.....	913
8.1. Condições Legais.....	914
8.2. Condições Judiciais	914
9. Revogação.....	915
9.1. Revogação Obrigatória	915
9.1.1. Crime Cometido Durante a Vigência do Benefício	915
9.1.2. Crime anterior, observado o disposto no artigo 84 do Código Penal.....	916

9.2. Revogação Facultativa	916
9.2.1. Se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença.....	917
9.2.2. Se o liberado for irrecorrivelmente condenado por crime ou contravenção a pena que não seja privativa de liberdade.....	917
10. Suspensão do Curso do Livramento Condicional	918
11. Prorrogação do Período de Prova	918
12. Extinção da Pena	919
13. Livramento Condicional via “Habeas corpus”	919
14. Livramento Condicional Humanitário.....	919
15. Informativo do STJ Relacionado ao Tema.....	920
16. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	920
Questões ► Capítulo 43	921
1. Questões	921
2. Gabarito.....	922
Capítulo 44 ► Reabilitação	923
1. Legislação Esquematizada	923
2. Evolução Histórica e Conceitual	923
3. Natureza Jurídica.....	924
4. Modalidades.....	924
4.1. Sigilo das Condenações	924
4.2. Suspensão Condicional de Certos Efeitos Secundários Extrapenais e Específicos da Condenação.....	925
5. Reabilitação e Reincidência.....	927
6. Requisitos	927
6.1. Requisitos Objetivos.....	928
6.1.1. Tempo de Cumprimento da Pena.....	928
6.2. Reparação do Dano.....	929
6.3. Requisitos Subjetivos.....	929
7. Pedido de Reabilitação e Revogação	930
8. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	931
Questões ► Capítulo 44	933
1. Questões	933
2. Gabarito.....	934
Capítulo 45 ► Medidas de Segurança	935
1. Conceito e Requisitos de Aplicação.....	935
2. Natureza Jurídica.....	936
3. Princípios.....	937
3.1. Princípio da Legalidade	937
3.2. Princípio da Anterioridade	937
3.3. Princípio da Jurisdicionalidade.....	938
4. Pena e Medida de Segurança.....	938
4.1. Semelhanças	938
4.2. Diferenças.....	938

5. Espécies de Medida de Segurança	939
6. Medida de Segurança Controvérsias do Princípio da Legalidade.....	940
6.1. Crítica	941
6.2. Conclusão	941
7. Direitos do Internado	942
8. Superveniência de Doença Mental.....	942
9. Uma nova Perspectiva	943
10. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	944
Questões ► Capítulo 45	945
1. Questões	945
2. Gabarito.....	947
Capítulo 46 ► Ação Penal	949
1. Legislação Esquematizada	949
2. Conceito, Natureza Jurídica e Classificação	950
2.1. Conceito	950
2.2. Natureza Jurídica	951
2.3. Condições da Ação	953
2.4. Requisitos da Denúncia ou Queixa.....	954
3. Ação Penal (de Iniciativa) Pública	956
3.1. Espécies	956
3.1.1. Ação Penal (de Iniciativa) Pública Incondicionada	956
3.1.2. Ação Penal (de Iniciativa) Pública Condicionada à Representação.....	958
3.1.2.1. Titularidade da Representação	961
3.1.2.2. Retratação da Representação.....	963
3.1.3. Ação Penal (de Iniciativa) Pública Condicionada à Requisição do Ministro de Justiça	964
3.2. Princípios da Ação Penal (de Iniciativa) Pública	965
3.2.1. Obrigatoriedade	965
3.2.1.1. Transação Penal.....	966
3.2.1.2. Possibilidade de Transação Penal em Crimes de Ação Penal Privada	968
3.2.1.1. Controle Administrativo do Princípio da Obrigatoriedade.....	968
3.2.2. Indisponibilidade	969
3.2.3. Oficialidade	971
3.2.4. Intranscendência.....	971
3.2.5. Divisibilidade.....	971
3.2.5.1. Reflexão Sobre a Indivisibilidade.....	972
4. Ação Penal (de Iniciativa) Privada.....	972
4.1. Espécies	973
4.1.1. Ação Penal (de Iniciativa) Privada Exclusiva	974
4.1.2. Ação Penal (de Iniciativa) Privada Personalíssima.....	975
4.1.3. Ação Penal (de Iniciativa) Privada Subsidiária da Pública	975
4.2. Princípios da Ação Penal (de Iniciativa) Privada.....	977
4.2.1. Oportunidade.....	977
4.2.2. Disponibilidade	978

4.2.3. Intranscendência.....	980
4.2.4. Indivisibilidade.....	980
5. Ação Penal nos Crimes Sexuais.....	980
6. Informativos do STF Relacionados ao Tema	982
8. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	982
Questões ► Capítulo 46	983
1. Questões.....	983
2. Gabarito.....	986
Capítulo 47 ► Efeitos da Condenação Criminal	987
1. Legislação Esquematizada	987
2. Consideração Gerais	987
3. Efeitos Extrapenais Genéricos	988
3.1. Tornar Certa a Obrigação de Indenizar o Dano Causado Pelo Crime.....	989
3.1.1. Ação Civil de Conhecimento	990
3.1.2. Decisão Criminal que Faz Coisa Julgada no Cível (Impede a Discussão de Indenização no Cível)	992
3.1.2.1. Condenação Criminal e Ação Civil “ex delicto”	992
3.1.2.2. Absolvição Criminal.....	994
3.2. Perda dos Instrumentos ou do Produto do Crime em Favor da União de Origem Lícita, Ressalvado O Direito do Lesado ou de Terceiro de Boa-Fé.....	995
3.2.1. Confisco na Lei de Entorpecentes e no Estatuto do Desarmamento	996
3.2.2. Outros Efeitos Extrapenais Genéricos	998
4. Efeitos Extrapenais Específicos	998
4.1. Perda do Cargo, Função Pública ou Mandato Eletivo	999
4.2. A incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado .	1000
4.3. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	1001
6. Informativos do STJ Relacionados ao Tema	1001
7. Artigos com Maior Incidência em Provas.....	1002
Questões ► Capítulo 47	1003
1. Questões.....	1003
2. Gabarito.....	1004
Capítulo 48 ► Extinção de Punibilidade	1005
1. Legislação Esquematizada	1005
2. Considerações Gerais	1005
3. Rol Exemplificativo	1006
4. Efeitos da Extinção da Punibilidade.....	1007
5. Causas Extintivas da Punibilidade em Espécie.....	1007
5.1. Morte do Agente	1007
5.2. Anistia, Graça ou Indulto	1008
5.3. “Abolitio criminis”	1009
5.4. Prescrição, Decadência ou Perempção.....	1010
5.5. Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada...	1011

5.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite	1012
5.7. Perdão judicial, nos casos previstos em lei	1013
6. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	1015
Questões ► Capítulo 48	1017
1. Questões	1017
2. Gabarito.....	1018
Capítulo 49 ► Prescrição	1019
1. Legislação Esquematizada	1019
2. Noções Gerais	1021
3. Limitação do Direito de Punir	1021
4. Conceito	1022
5. Fundamentos	1023
6. Natureza Jurídica.....	1023
7. Alocação Sistemática	1024
8. Prescrição x Decadência.....	1024
8.1. Semelhanças	1024
8.2. Diferenças.....	1024
8.2.1. Decadência.....	1024
9. Espécies de Prescrição	1025
9.1. Linha divisória entre a Prescrição da Pretensão Punitiva e a Prescrição da Pretensão Executória.....	1026
10. Efeitos da Prescrição	1027
10.1. Prescrição da Pretensão Punitiva	1027
10.2. Prescrição da Pretensão Executória	1027
10.3. Conclusão: Efeitos da Prescrição da Pretensão Executória	1028
11. Citação Por Edital: Artigo 366 do Código de Processo Penal e Súmula 415 do STJ.....	1028
12. Redução dos Prazos da Prescrição.....	1029
12.1. Menoridade Relativa	1030
13. Prescrição da Pena do Crime de Posse de Drogas Para Consumo Pessoal (art. 28 da Lei n. 11.343/06).....	1030
14. Crimes contra a Ordem Tributária.....	1031
15. Prazos Prescricionais do Artigo 109 do Código Penal.....	1031
16. Prescrição da Pretensão Punitiva: Modalidades	1032
17. Prescrição da Pretensão Punitiva em Abstrato (PPPA)	1032
17.1. Pena Máxima em Abstrato.....	1032
17.2. Termo Inicial.....	1035
17.3. Causas Impeditivas e Interruptivas	1037
17.4. Causas Suspensivas	1037
17.5. Questões Prejudiciais (Inc. I).....	1038
17.5.1. Questões Prejudiciais Homogêneas	1039
17.5.2. Questões Prejudiciais Heterogêneas	1039
17.6. Enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro (Inc. II)	1041
17.7. Outras Causas de Suspensão.....	1042
17.8. Causas Interruptivas	1042
17.8.1. Recebimento da Denúncia ou Queixa	1043

17.8.2. Pronúncia.....	1044
17.8.3. Decisão Confirmatória da Pronúncia.....	1044
17.8.4. Publicação da Sentença ou Acórdãos Condenatórios Recorríveis	1044
17.8.5. Pelo Início ou Continuação do Cumprimento da Pena e Pela Reincidência (Incs. V e VI).....	1045
17.9. Linha Processual das Causas Interruptivas.....	1046
17.10.Exemplo Prático de Ocorrência da Prescrição da Pretensão Punitiva em Abstrato	1047
18. Prescrição da Pretensão Punitiva Intercorrente, Superveniente ou Subsequente (PPPI ou PPS)	1048
18.1. Reconhecimento em Primeiro Grau.....	1050
18.2. Exemplo Prático.....	1050
18.3. Críticas à previsão do artigo 110, §1º, do Código Penal.....	1052
19. Prescrição da Pretensão Punitiva Retroativa (PPPR).....	1052
19.1. Exemplo Prático.....	1053
20. Prescrição da Pretensão Punitiva Virtual, Antecipada, em Perspectiva ou Por Prognose (PPPV).....	1055
20.1. Exemplo Prático.....	1056
21. Prescrição da Pretensão Executória (PPE).....	1057
21.1. Termo Inicial.....	1057
21.1.1. Do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação (inc. I)	1058
21.1.1.1. Execução Provisória da Pena e Prescrição da Pretensão Executória: Reflexões.....	1058
21.1.2. Da data de revogação da suspensão condicional da pena ou do livramento condicional (inc. I).....	1059
21.1.3. Da data de evasão do preso do cárcere (Art. 113, CP).....	1059
21.2. Causas Suspensivas e Interruptivas	1060
22. Prescrição das Penas Restritivas de Direito.....	1062
23. Prescrição da Pena de Multa	1062
24. Prescrição em Concurso de Crimes	1062
25. Informativos do STF Relacionados ao Tema	1063
26. Informativos do STJ Relacionado ao Tema.....	1063
27. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	1064
Questões ► Capítulo 49	1065
1. Questões.....	1065
2. Gabarito.....	1067
Capítulo 50 ► Concurso de Crimes	1069
1. Reforma da Parte Geral de 1984 no Código Penal de 1940	1069
2. Reflexões sobre o Crime Continuado Específico	1072
3. Concurso de Crimes e Suas Distinções	1073
3.1. Concurso de Crimes e Contravenção Penal.....	1073
4. Localização Sistêmica.....	1074
5. Critérios de Análise.....	1075
6. Sistemas de Aplicação das Penas.....	1076
7. Modalidades de Concurso de Crimes	1079

8. Concurso Material	1080
8.1. Critérios para Aplicação das Penas	1081
8.2. Condutas, Ações e Atos	1082
9. Concurso Formal	1083
9.1. Amplitude Conceitual dos Designios Autônomos	1086
9.2. Concurso Formal Homogêneo e Concurso Formal Heterogêneo	1087
9.3. Concurso Material Favorável ou Benéfico	1087
10. Crime Continuado	1088
10.1. Desenvolvimento Empírico	1088
10.2. Natureza Jurídica	1089
10.3. Teorias do Crime Continuado	1092
10.4. Razão do Instituto	1093
10.5. Elementos da Continuidade Delitiva	1095
10.5.1. Mais de Uma Ação ou Omissão	1096
10.5.2. Crimes da Mesma Espécie	1096
10.5.2.1. Formas Consumadas e Tentadas do Crime	1098
10.5.2.2. Crimes Culposos e Dolosos	1098
10.5.2.3. Crimes Omissivos	1099
10.5.2.4. Continuidade Delitiva e Princípio da Insignificância	1099
10.5.3. Circunstâncias de Tempo	1099
10.5.4. Circunstâncias de Lugar	1100
10.5.5. Circunstâncias de Modo	1100
10.5.6. Crime Continuado e Prescrição	1100
10.5.7. Continuidade Delitiva e Sucessão de Leis Penais	1100
10.5.8. Crime Continuado e Coisa Julgada	1100
11. Informativo do STJ Relativo ao Tema	1101
12. Artigos e Súmulas com Maior Incidência em Provas	1102
Questões ► Capítulo 50	1103
1. Questões	1103
2. Gabarito	1104
POSFÁCIO	1105
BIBLIOGRAFIA	1107